


Um retrato do mercado de trabalho feminino no Tocantins entre 2000 e 2021

 <https://doi.org/10.56238/sevned2024.026-059>

Polliany Aparecida Lopes de Carvalho

E-mail: pollianycarvalhoufu@gmail.com

RESUMO

A ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho é uma realidade no Brasil principalmente pós década de 80. Com o advento dos direitos trabalhistas voltados às necessidades das mulheres como licença maternidade e condições e horários especiais para lactantes, e a melhoria da qualificação profissional e nos níveis educacionais; as mulheres conseguiram se ampliar sua participação no mercado de trabalho. No entanto, esta maior participação ainda não é suficiente para dar como superadas as disparidades estruturais entre os gêneros no mercado de trabalho. Este trabalho tem como objeto de análise o estado do Tocantins e como recorte temporal o período entre 2000 e 2021, e os resultados mostram que esta inserção das mulheres ainda perpetua as desigualdades entre os gêneros, pois ela se dá ainda em maior proporção nos setores de maior vulnerabilidade e menor renda média – comércio e serviços –, e ainda que as mulheres se concentram nos estratos de menor renda média, de até 3 salários mínimos.

Palavras-chave: Tocantins, Mercado de trabalho, Feminino, Setores produtivos e estrato de renda media.

1 INTRODUÇÃO

A inserção das mulheres no mercado de trabalho tem sido marcada por um progresso contínuo, mas também por desafios persistentes. A participação feminina vem crescendo de forma gradual, especialmente a partir da década de 1980, como resultado de transformações sociais, econômicas e legais. As mulheres passaram a se inserir em diferentes setores da economia, ocupando desde áreas tradicionalmente associadas ao trabalho feminino, como educação e saúde, até segmentos que antes eram predominantemente masculinos, como tecnologia e engenharia. Além disso, a escolaridade feminina aumentou substancialmente, permitindo que as mulheres se qualificassem melhor e competissem de forma mais equitativa no mercado de trabalho.

Entretanto, essa inserção ainda enfrenta diversas dificuldades. A desigualdade salarial é uma das principais barreiras, uma vez que as mulheres continuam a receber, em média, menos que os homens, mesmo quando ocupam cargos semelhantes. Além disso, barreiras culturais e estereótipos de gênero limitam o acesso das mulheres a posições de liderança e a áreas com maior prestígio e responsabilidade. Outra dificuldade significativa é a sobrecarga da "dupla jornada", em que muitas mulheres precisam conciliar as responsabilidades profissionais com o cuidado da casa e da família, o que frequentemente afeta o desenvolvimento de suas carreiras.

Somado a isso, as mulheres enfrentam discriminação nos ambientes de trabalho, especialmente em processos de contratação, promoção e nas políticas relacionadas à maternidade. Mesmo com os avanços, ainda existem obstáculos que dificultam a plena igualdade de oportunidades no mercado de trabalho.

Diante do problema exposto, este artigo discorrerá numa análise acerca do mercado de trabalho no estado do Tocantins com foco para a composição deste mercado entre os gêneros e a nível setorial, isso será realizado num recorte temporal entre 2000 e 2021. Esse período foi assim definido para observar a dinâmica pós anos 2000, que representa um marco na história econômica e política do país e inaugura um ciclo de políticas públicas sociais voltadas para o combate à fome, transferência de renda e formalização do mercado de trabalho.

Sendo assim, o texto está dividido em três sessões além desta breve introdução, na primeira é feita uma revisão bibliográfica dos principais textos e contribuições científicas acerca da temática, posteriormente analisa-se os dados no tocante ao objeto de análise e respeitando o recorte temporal proposto e por fim, apresentamos as principais conclusões da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro e a trajetória histórica desse fenômeno têm sido discutidas por diversos estudiosos (RIOS-NETO e WAJNMAN, 1997; HIRATA, 1998; BRUSHINI, 2007; GARCIA e CONFORTO, 2012). Vários estudos indicam que a taxa de

participação feminina no mercado de trabalho aumentou significativamente após a década de 1980 (WAJNMAN e PERPÉTUO, 1997; CARVALHO e VIEGO, 2023).

Dentre os fatores que lastreiam esse fenômeno, pode-se citar os avanços tecnológicos e culturais, a incorporação de direitos trabalhistas voltados para as mulheres como licença maternidade e jornada de trabalho adaptada para lactantes, e mudanças econômicas e sociais nos padrões das famílias, principalmente as dos trabalhadores.

O amparo legal proporcionou uma inserção irreversível e em constante crescimento das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, sobretudo na categoria de assalariados (LAVINAS e BARSTED, 2016). Além disso, como apontado por Scorzafave e Menezes-Filho (2001), essa entrada das mulheres no mercado foi impulsionada não apenas por legislações favoráveis, mas também pela melhoria na qualificação profissional e pela mudança de atitude das próprias mulheres, que passaram a enfrentar os desafios do mercado com mais assertividade e determinação.

Ademais, conforme aponta Assis (2009) o ingresso crescente das mulheres no mercado de trabalho pode ser observado a partir da necessidade de contribuir na renda familiar e por conta da busca por independência financeira. Bruschini e Lombardi (2003) apontam que além da contribuição na renda familiar, as mulheres têm se inserido no mercado de trabalho, as transformações demográfica, culturais e sociais das famílias abriram espaço para esse movimento, o papel social da mulher, o número crescente de famílias chefiadas por mulheres e a redução no número de filhos por exemplos, são fatores que abriram contribuíram para esse movimento crescente da participação das mulheres no mercado de trabalho.

Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD), além do crescimento da presença das mulheres no mercado de trabalho, também se constata mudanças estruturais, como a redistribuição das mulheres entre diferentes setores produtivos (LAVINAS, 1997) e a variação etária das trabalhadoras (WAJNMAN e PERPÉTUO, 1997).

No período pós-2000, o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho não foi tão acentuado quanto nas décadas de 1980 e 1990. Ainda assim, observa-se um avanço contínuo na presença das mulheres no mercado. De acordo com os dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), entre 2003 e 2018, a participação das mulheres no emprego formal aumentou quatro pontos percentuais, passando de 40% para 44% no Brasil.

Embora com magnitudes e ritmos variados, a tendência de aumento da participação feminina no mercado de trabalho é observada em outros países da América Latina (ILO, 2012; 2016). No Brasil, diversos estudos apontam uma melhora nas disparidades de participação entre homens e mulheres no mercado de trabalho (DE PAULA LEITE, 2017; MATEI e DA CUNHA, 2020; CARVALHO e VIEGO, 2023). No entanto, apesar dessa melhora, ainda persiste uma segregação estrutural nos setores

produtivos. As mulheres, em grande parte, continuam a ocupar postos de trabalho em setores que demandam menor escolaridade, apresentam baixa produtividade e, conseqüentemente, oferecem uma renda média inferior (ASLAN SOUEN, 2012; ALVES, 2015).

De acordo com Bruschini (2007) e Vieceli (2015), mesmo com o ingresso das mulheres no mercado de trabalho a partir da década de 1970 e o aumento de sua participação na estrutura ocupacional, as disparidades de gênero permanecem em determinados setores produtivos. Isso evidencia que, apesar dos avanços, as mulheres ainda enfrentam barreiras significativas em termos de oportunidades e qualidade dos empregos que ocupam.

Conforme os resultados apontados por Carvalho e Viego (2023) numa análise aplicada ao Brasil, as mulheres tem se inserido no mercado de trabalho, mas ainda em setores de menor remuneração média e que exigem menor qualificação. Os postos de chefia e de maiores salários, ainda são predominantemente ocupados pelos homens. Cruz et al (2013), por meio do método econométrico *probit* apontaram que os níveis de escolaridade influenciam na decisão das mulheres se lançarem no mercado de trabalho. Conforme os resultados apontados pelos autores, mulheres com nível superior tem 30% a mais de chances de compor o mercado de trabalho, e as com ensino médio 14,75%, tendo como referência as mulheres analfabetas.

Tendo esse contexto teórico e a partir dos resultados de pesquisas supracitados, esta pesquisa é pautada na análise da inserção da mulher no mercado de trabalho tocantinense. O mercado de trabalho do estado do Tocantins reflete tanto características estruturais da economia local quanto desafios comuns a muitas regiões do Brasil, particularmente em relação às disparidades de gênero e à evolução macrosetorial.

As disparidades de gênero no Tocantins são evidentes em diversos indicadores, como taxa de participação, rendimentos e inserção em diferentes setores econômicos. As mulheres enfrentam obstáculos significativos em termos de acesso e permanência no mercado de trabalho, frequentemente se concentrando em ocupações de menor remuneração e em setores específicos como serviços e administração pública.

Além disso, conforme aponta Da Silva et al (2013) a participação das mulheres no setor informal no estado do Tocantins é considerável, a partir os resultados da pesquisa amostral apresentada pelos autores, 51,4% das mulheres entre 30 e 40 anos, trabalhavam informalmente no ano de 2012 no estado.

Neste sentido este artigo seguirá analisando a estrutura do mercado de trabalho do Tocantins, a partir da distribuição do emprego formal entre os gêneros a nível setorial, conforme a metodologia descrita a seguir.

3 METODOLOGIA

Nesta seção, apresenta-se a metodologia utilizada para a realização da pesquisa, fundamentada em uma abordagem quantitativa com a aplicação de estatística descritiva. O estudo tem como objetivo analisar padrões e tendências em um conjunto de dados coletados numa base de dados referentes ao mercado de trabalho formal do Brasil. A partir das informações obtidas, serão empregadas técnicas descritivas, como cálculo de participação percentual e distribuição de frequências, com o intuito de resumir e interpretar os resultados de forma objetiva. Essa metodologia permitirá uma análise precisa e clara dos fenômenos acerca da estrutura do mercado de trabalho tocantinense e permitirá compreender como se dá a inserção das mulheres no mercado local.

Os dados trabalhados nesta pesquisa foram extraídos da base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que é instrumento de coleta de dados trabalhistas, de gestão governamental e tem por finalidade suprir as necessidades de controle da atividade trabalhista formal no Brasil. Nesta base de dados, também constam o número de postos de trabalho ocupados em cada nível setorial para diferentes recortes geográficos, incluindo região Norte e o estado do Tocantins, em que este é objeto de análise neste trabalho.

Com essa segregação dos dados, será possível obter os postos de trabalhos setoriais distribuídos por gênero. Isto é, poderá ser extraído o número de trabalhadores de cada setor, tanto do gênero masculino quanto feminino, no estado do Tocantins.

Fazem-se necessários alguns esclarecimentos sobre a fonte de informação a ser utilizada neste estudo. Em primeiro lugar, a RAIS apresenta informações sobre os postos de trabalhos e sobre o rendimento dos assalariados com vínculo empregatício formal. Sendo assim, ressalta-se que os dados não permitem conclusões sobre o emprego total, somente aqueles que se encontram vinculados formalmente (seja com carteira assinada seguindo o regime CLT ou os servidores públicos). Portanto, os dados utilizados omitem empreendedores, comerciantes, autônomos e empregadores de forma geral.

A disposição da base de dados e as informações disponibilizadas permitem níveis de desagregação, seja por gênero, estrato etário, região ou setor de atividade (de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE).

Além da RAIS, outra fonte relevante de dados sobre o mercado de trabalho no Brasil é a PNAD. Esta última fonte de dados tem a vantagem de registrar todo o mercado de trabalho, de acordo com a categoria ocupacional (empregador, autônomo, assalariado) e conforme o grau de formalização (celetista, temporário, avulso etc.). No entanto, possui algumas limitações que impedem seu uso em análises com séries históricas de médio e longo prazo, a exemplo da realizada neste estudo. Ademais, no Brasil, existiam duas versões da PNAD: uma, encerrada em 2016 (com publicação referente às informações de 2015), cujos dados eram publicados anualmente; e outra, a PNAD Contínua, vigente desde 2012, quando sofreu alterações em sua metodologia, passando a ser publicada trimestralmente.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a metodologia da PNAD Contínua propicia cobertura territorial mais abrangente e disponibiliza informações conjunturais trimestrais acerca do mercado de trabalho em âmbito nacional. As duas pesquisas não são totalmente comparáveis, pois partem de amostras/coleta de dados e metodologias diferentes. Assim, a análise com base na PNAD deve necessariamente terminar em 2015 ou iniciar em 2012, limitando a análise de médio prazo, tal qual a realizada neste artigo.

Por outro lado, é verdade que os dados abarcados pela RAIS refletem apenas uma fração do mercado de trabalho e, portanto, do emprego, mas ainda assim, uma parte do emprego vulnerável (trabalhadores avulsos, temporários ou com contrato a prazo) é capturada por esta fonte de informação. Para compensar a carência de dados acerca da informalidade, quando se registram alterações substanciais na estrutura do emprego feminino em um setor, poderemos também analisar o contrato com o empregador, distinguindo os contratos por prazo indeterminado nos setores privado, emprego no setor público efetivo (estatutário), ou temporário e trabalhadores avulsos, urbano ou rural (celetistas), contratos a termo ou temporários no setor privado.

Além disso, os dados apresentados na RAIS concentram o emprego de forma mais estável, permitindo análises em períodos longos, como é o caso da pesquisa apresentada neste artigo, e isso permite avaliar mudanças mais permanentes no mercado de trabalho. Ao passo que base de dados pontuais permitiriam inferir apenas sobre mudanças conjunturais, limitando as conclusões num horizonte temporal amplo.

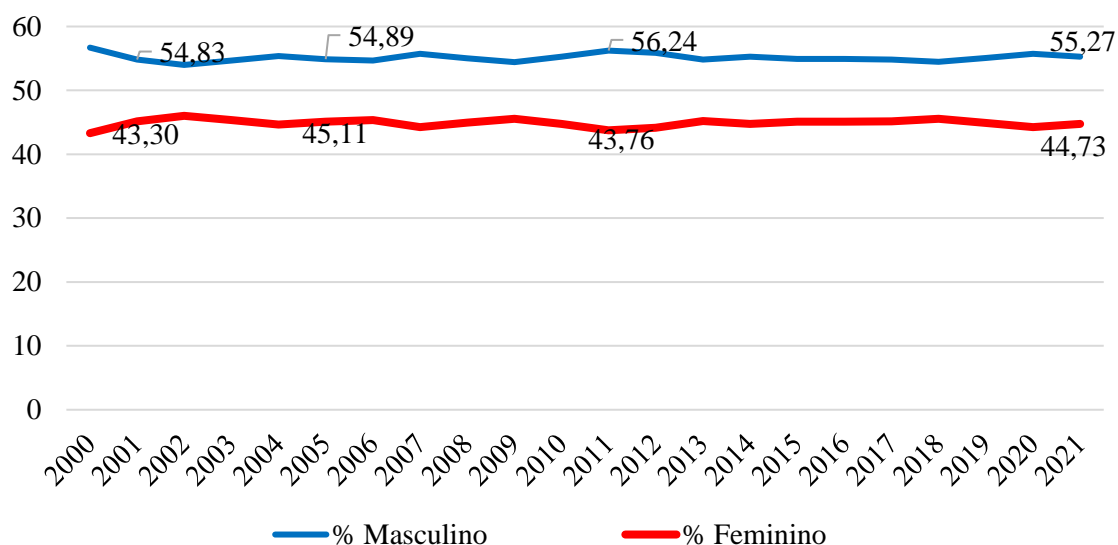
Sendo assim, o recorte setorial que se pretende utilizar nesta pesquisa é o de grandes setores econômicos conforme o IBGE. Sendo assim, o recorte é baseado nos cinco grandes setores: Indústria, Construção Civil, Comércio, Serviços e Agropecuária.

Serão extraídos da RAIS os números de postos de trabalho formal para cada um destes cinco grandes setores econômicos, segmentados entre os gêneros feminino e masculino, para o período entre 2000 e 2021, permitindo então, realizar inferências acerca da estrutura do mercado de trabalho no estado do Tocantins.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A taxa de participação feminina é inferior à masculina, refletindo tanto as barreiras culturais quanto as responsabilidades domésticas desproporcionalmente atribuídas às mulheres, como pode ser observado a partir dos dados da Figura 1. Além disso, a taxa de desemprego é frequentemente mais alta entre as mulheres, que também tendem a enfrentar maiores dificuldades em encontrar empregos formais.

Figura 1 – Composição do mercado de trabalho formal entre os gêneros no estado do Tocantins entre 2000 e 2021



Elaboração própria com base nos dados extraídos do CAGED/RAIS.

A inserção massiva das mulheres no mercado de trabalho ao longo das décadas de 80 e 90 parece ter sido estancada, e isso é observado tanto a nível nacional (CARVALHO e VIEGO, 2023) quanto regional a partir da análise aplicada ao estado do Tocantins. Entretanto, mesmo que tímida, ainda se observa que a participação feminina ao longo do período analisado tem se mostrado persistente e positiva. Mas estes dados por si são insuficientes para concluir sobre igualdade e equidade nas condições de trabalho entre os gêneros. E a persistência das disparidades em condições de trabalho é retratada em vários trabalhos aplicados a nível nacional, como mencionado anteriormente.

Além dessa estagnação observada na participação das mulheres no mercado de trabalho formal no Tocantins, observa-se que a disparidade nos rendimentos entre os gêneros é algo que ainda afeta as mulheres. As mulheres em Tocantins, como em outras partes do Brasil, ganham menos que os homens, mesmo quando desempenham funções semelhantes. Essa diferença de rendimento é resultado de discriminação salarial, segregação ocupacional e menor acesso a cargos de liderança.

A estrutura produtiva do Tocantins é composta principalmente pelos setores agropecuário, industrial e de serviços, cada um com características e dinâmicas distintas.

Tradicionalmente, o setor agropecuário é uma das principais fontes de emprego no estado. A expansão da agricultura e pecuária tem sido significativa, especialmente com o crescimento da produção de grãos e carne. No entanto, esse setor ainda é marcado por empregos informais e sazonais, com baixo acesso a direitos trabalhistas. As mulheres são sub-representadas e muitas vezes limitadas a funções de apoio ou trabalho familiar não remunerado.

O setor industrial no Tocantins é menos desenvolvido comparado ao agropecuário e ao de serviços. A indústria de transformação, especialmente a ligada ao agronegócio (como o processamento de alimentos), é uma das principais atividades. A participação feminina na indústria é menor do que em serviços, e quando presente, tende a ser em funções menos qualificadas e com menores salários.

O setor de serviços é o que mais emprega no estado, refletindo uma tendência nacional. O crescimento do setor de serviços tem sido impulsionado pelo aumento da urbanização e pelo desenvolvimento de atividades ligadas ao comércio, educação, saúde e administração pública. As mulheres são mais representadas no setor de serviços, porém, muitas vezes em ocupações de baixa remuneração, como trabalho doméstico e atendimento ao público.

A tabela 1 mostra a participação percentual dos entre homens e mulheres no mercado de trabalho formal subdivididos por setores, respeitando a classificação de grandes setores econômicos do IBGE (Indústria, construção civil, comércio, serviços e agropecuária). A divisão em sub-períodos a cada 5 anos foi realizada para permitir uma interpretação do período completo.

Tabela 1 – Participação percentual dos segmentos feminino e masculino no mercado de trabalho tocantinense entre 2000 e 2020

IBGE/Setores	2000		2005		2010		2015		2020		TCSF
	Mas	Fem	Mas	Fem	Mas	Fem	Mas	Fem	Mas	Fem	
Indústria	10,64	2,57	10,28	2,72	11,32	3,31	11,94	3,99	11,04	3,19	24%
Construção Civil	7,88	0,47	7,13	0,38	9,84	0,70	6,34	0,63	5,69	0,56	20%
Comércio	16,47	9,98	17,30	11,43	19,06	14,10	20,22	15,65	20,74	16,57	66%
Serviços	55,73	86,21	52,78	84,31	49,63	80,69	49,70	78,17	48,86	77,51	-10%
Agropecuária	9,28	0,76	12,51	1,16	10,15	1,20	11,79	1,56	13,67	2,17	186%

Elaboração própria com base nos dados extraídos do CAGED/RAIS.

Legenda: TCSF – Taxa de Crescimento do Segmento Feminino, calculada a partir da variação de crescimento da participação percentual do segmento feminino em cada setor, entre 2000 e 2020.

Observa-se que os setores em que as mulheres mais ganharam participação foram o Comércio e Agropecuária. Reforçando as condições e características regionais supracitadas. Com destaque para o setor Agropecuária, em que as mulheres ampliaram em 186% a participação. Saindo de 0,76% em 2000 e chegando a 2,17% em 2020.

No entanto cabe salientar que são os setores e Comércio e Serviços que as mulheres estão amplamente empregadas. No ano de 2000, estes dois setores juntos empregaram 96,2% de todas as mulheres formalmente empregadas no Tocantins e em 2020 este dado foi de 94,08%, indicando uma persistência da desigualdade estrutural do mercado de trabalho.

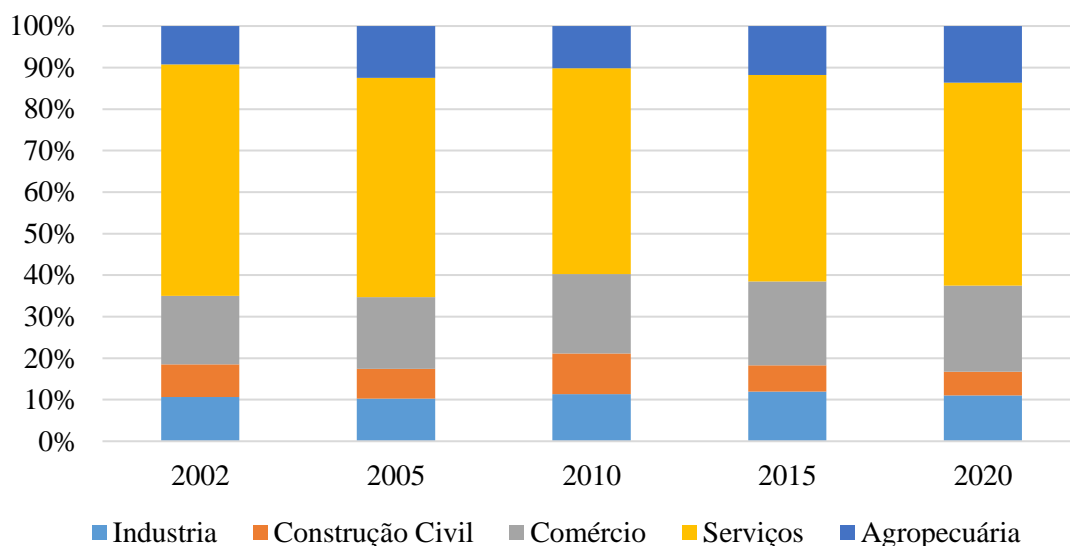
A concentração feminina em determinados setores reflete a persistência da divisão sexual do trabalho, em que atividades tradicionalmente associadas ao cuidado, atendimento ao público e prestação de serviços são atribuídas às mulheres. Essa segmentação limita as oportunidades das mulheres em setores historicamente masculinos, como a indústria e a tecnologia, perpetuando desigualdades salariais e condições de vulnerabilidade das mulheres.

Os setores de comércio e serviços tendem a oferecer postos de trabalho com características mais precárias, como alta rotatividade, salários baixos e menores benefícios trabalhistas. A elevada presença

feminina nesses setores contribui para a manutenção de uma desigualdade estrutural de remuneração, agravada pela subvalorização social dessas ocupações.

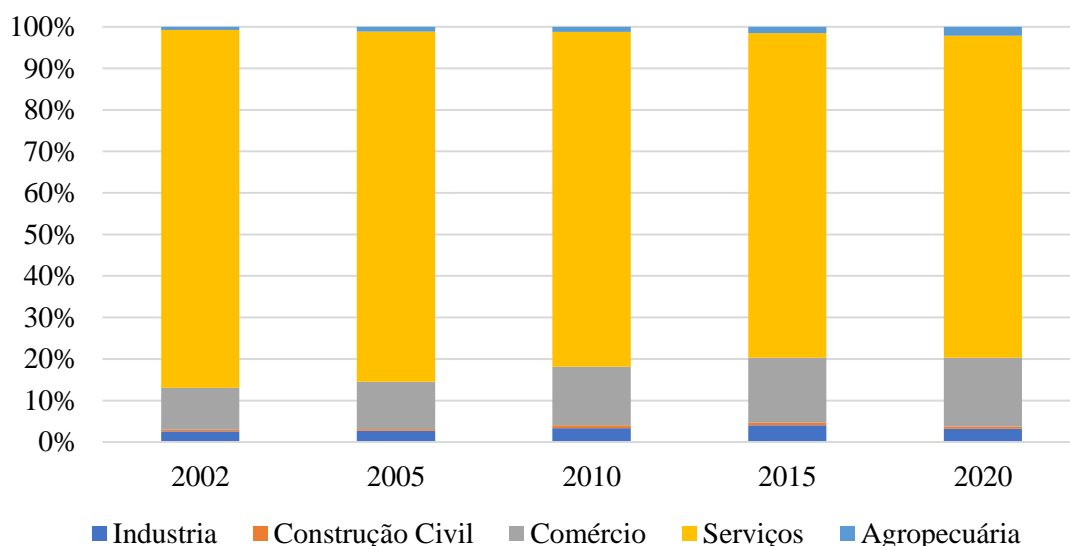
As Figuras 2 e 3 mostram a participação do emprego a nível setorial para os gêneros masculino e feminino. Realizando uma análise dos dados e uma comparação entre a distribuição dos homens no mercado de trabalho nos diferentes setores com a das mulheres, constata-se que no Tocantins, reforça a concentração feminina nos setores de Serviço e Comércio.

Figura 2 – Participação setorial no emprego masculino no Tocantins entre 2002 e 2020



Elaboração própria com base nos dados extraídos do CAGED/RAIS.

Figura 3 – Participação setorial no emprego feminino no Tocantins entre 2002 e 2020



Elaboração própria com base nos dados extraídos do CAGED/RAIS.

A elevada concentração de mulheres nos setores de comércio e serviços resulta da segmentação horizontal do mercado de trabalho, onde normas culturais e expectativas de gênero direcionam as mulheres para áreas associadas ao cuidado e atendimento, conforme salientado anteriormente. Os

dados apresentados para o estado do Tocantins não refletem uma realidade típica e específica da região. Conforme mostram os dados divulgados pela Nota Técnica do IPEA de 2009, divulgada a partir dos trabalhos do Observatório Brasil da Desigualdade de Gênero, as mulheres no Brasil ocupam majoritariamente os postos de trabalho nos setores de Comércio e Serviços. Conforme Melo e Thomé (2018) salientam:

A concentração da mão de obra feminina está nos setores de educação, saúde, serviços sociais, serviços domésticos, alojamento e alimentação, atividades que dizem respeito à reprodução da vida. Enquanto isso, os homens estão alocados nos setores agropecuário, industrial e na construção civil, diretamente relacionados à produção dos bens materiais (MELO e THOMÉ, 2018, p. 106).

Além disso, esses setores oferecem maior flexibilidade e jornadas parciais, facilitando a conciliação com responsabilidades domésticas. A desigualdade de gênero também contribui, com salários mais baixos e menor valorização econômica nesses setores, além de barreiras à ascensão em áreas dominadas por homens. A formação educacional das mulheres, frequentemente direcionada a profissões relacionadas ao cuidado, reforça essa concentração.

O diferencial de rendimentos entre homens e mulheres pode ser explicado pela inserção feminina em setores caracterizados por maior informalidade, vulnerabilidade e piores condições de contratação. Estereótipos de gênero reforçam a segregação horizontal no mercado de trabalho, justificando a ideia de que há “trabalhos de mulheres” e “trabalhos de homens”. No entanto, as ocupações tradicionalmente masculinas apresentam melhores condições salariais, maior proteção trabalhista e prestígio social, perpetuando a desigualdade de gênero, uma vez que as profissões femininas tendem a ser menos valorizadas e remuneradas.

Conforme aponta os resultados apresentados por Oliveira et al (2021), as fortes diferenças salariais de gênero são explicadas pela segregação horizontal, na qual as mulheres se concentram em setores com menores rendimentos médios, como educação, saúde e serviços, enquanto os homens predominam em setores mais valorizados economicamente, como a indústria e a construção civil. Esse desequilíbrio reflete a desvalorização estrutural das atividades tradicionalmente feminizadas, resultando em disparidades significativas de remuneração entre os gêneros.

Os dados da Tabela 2 mostram a participação percentual das mulheres conforme o setor entre 2002 e 2020 no estado do Tocantins.

Tabela 2 – Participação percentual das mulheres conforme o setor entre 2002 e 2020

IBGE Gr Setores	2002	2005	2010	2015	2020
Indústria	17,09	17,84	19,15	21,90	18,65
Construção Civil	4,82	4,24	5,41	7,59	7,26
Comércio	34,07	35,20	37,46	38,85	38,80
Serviços	56,87	56,76	56,83	56,35	55,74
Agropecuária	6,52	7,07	8,72	9,77	11,19

Elaboração própria com base nos dados extraídos do CAGED/RAIS.

O aumento da participação das mulheres no setor agropecuário em Tocantins pode ser atribuído a diversos fatores, como o crescimento de programas de capacitação e políticas públicas voltadas para a inclusão de mulheres no campo. Além disso, há uma valorização crescente da agroecologia e da agricultura familiar, áreas nas quais as mulheres desempenham um papel fundamental. A modernização do setor também tem contribuído, com o surgimento de tecnologias que facilitam o trabalho agrícola, possibilitando maior inclusão feminina em atividades tradicionalmente ocupadas por homens.

Apesar de um aumento na participação das mulheres nos setores da indústria, construção civil e agropecuária, as mulheres ainda ocupam majoritariamente os postos de trabalho nos setores de Comércio e Serviços, reforçando a continuidade das disparidades estruturais entre os gêneros no mercado de trabalho tocantinense.

Além da persistência estrutural de concentração das mulheres nos setores de Comércio e Serviços, outro ponto relevante para analisar a estrutura de mercado feminina é no tocante à faixa de remuneração. Os dados extraídos da RAIS levam em consideração 10 faixas de renda, para simplificação, propomos três faixas: Até 3 SM, de 3,01 a 7 SM e acima de 7 SM.

Conforme os dados apresentados na Tabela 3, as mulheres predominantemente se concentram na faixa de remuneração média até 3 salários mínimos. Os setores de Comércio e Agropecuária foram os que mais se destacaram no que tange à concentração das mulheres nesta faixa de remuneração. Destacamos em azul estes resultados. Em 2002 o as mulheres que ocupavam postos no setor de Comércio e que ganhavam até 3 SM somavam 94,82% do total de mulheres empregadas no setor e no setor Agropecuária esse resultado foi de 95,05%. Em 2020 esse cenário permanece, com 92,31% das mulheres alocadas no setor de Comércio na faixa de remuneração de até 3 SM e 92,27% das mulheres que trabalham no setor Agropecuária ganhando até 3 SM. Isso reforça não apenas a concentração setorial das mulheres, mas também a alocação destas nas menores faixas de remuneração média.

Nos demais setores, apesar de em menor proporção, a realidade é a mesma, majoritariamente as mulheres ocupam os extratos de renda menores. Na indústria por exemplo, em 2002 88,28% das mulheres ganhavam até 3 SM e em 2002 esse dado caiu para 85,32%, apesar da queda, é um movimento tímido e que não é suficiente para se verificar uma reversão das disparidades estruturais entre os gêneros no mercado de trabalho.

O setor de serviços, apesar de concentrar um grande número de mulheres, conforme apresentado na Figuras 3, exibe maior distribuição entre as faixas de remuneração devido à diversidade de ocupações oferecidas nesse setor. Isso se deve pelo fato de que o setor abrange tanto empregos de baixa remuneração, como no comércio e em atividades de cuidado, quanto cargos mais bem remunerados em áreas como tecnologia da informação, finanças, gestão e serviços especializados. Além disso, a crescente presença feminina em posições de liderança e o aumento da qualificação profissional das mulheres têm contribuído para uma maior variação salarial dentro do setor, expandindo a distribuição entre as diferentes faixas de remuneração.

Nas últimas décadas, o setor de serviços se destacou como o principal gerador de empregos no Brasil, impulsionado em grande parte pelo processo de terceirização da economia (COTRIM et al., 2020). A terceirização permitiu que empresas transferissem atividades secundárias para prestadoras de serviços, o que expandiu a demanda por mão de obra em áreas como limpeza, segurança, TI, administração e serviços especializados. Esse fenômeno também abriu mais oportunidades para as mulheres, que já estavam predominantemente concentradas nesse setor, aumentando sua participação em diferentes faixas de remuneração e ocupações dentro do setor (RODRIGUES, 2023).

Tabela 3 – Participação percentual das mulheres a nível setorial, conforme a faixa de remuneração

IBGE Gr Setor	Faixa Remun. Média (SM)	2002	2005	2010	2015	2020
Indústria	Até 3 SM	88,28	88,32	85,12	89,00	85,32
	De 3,01 a 7 SM	9,32	9,60	10,44	7,72	10,30
	Acima de 7 SM	2,41	2,08	4,44	3,28	4,38
Construção Civil	Até 3 SM	79,79	79,52	86,14	85,88	84,29
	De 3,01 a 7 SM	16,03	16,72	11,17	11,32	7,55
	Acima de 7 SM	4,18	3,75	2,69	2,80	8,16
Comércio	Até 3 SM	94,82	95,07	95,28	94,66	92,31
	De 3,01 a 7 SM	4,67	4,47	4,15	4,55	4,48
	Acima de 7 SM	0,51	0,46	0,58	0,79	3,21
Serviços	Até 3 SM	67,71	67,90	68,41	64,37	64,54
	De 3,01 a 7 SM	21,97	25,37	24,95	27,34	26,15
	Acima de 7 SM	10,32	6,73	6,64	8,29	9,31
Agropecuária	Até 3 SM	95,05	95,02	96,95	94,29	92,27
	De 3,01 a 7 SM	3,66	4,30	2,73	3,48	4,76
	Acima de 7 SM	1,29	0,68	0,31	2,23	2,97

Elaboração própria com base nos dados extraídos do CAGED/RAIS.

Em síntese, os dados mostram que a distribuição do emprego feminino nos diferentes setores e estratos de renda reflete uma combinação de fatores estruturais e culturais. As mulheres estão no estado do Tocantins estão fortemente concentradas em setores como comércio e serviços, áreas tradicionalmente associadas a atividades de cuidado e suporte. Esses setores, frequentemente

caracterizados por menor remuneração média, são responsáveis pela elevada presença feminina nas faixas salariais mais baixas. No entanto, o setor de serviços, em particular, apresenta uma distribuição mais ampla de rendimentos, pois abrange desde ocupações de baixa qualificação até posições mais especializadas e de liderança, possibilitando uma maior variação salarial e tem passado por um processo de reestruturação liderado pela disseminação da terceirização e do acesso às posições de liderança e aos postos de trabalho de maior remuneração média.

No entanto, os dados aqui apresentados reforçam as dificuldades que as mulheres tocantinenses enfrentam no mercado de trabalho, perpetuando as disparidades entre os gêneros no mercado de trabalho. Estes resultados já foram apontados em diferentes recortes de análise, tanto a nível nacional (AMARAL, 2012; SIQUEIRA e SAMPARO, 2017; CARVALHO e VIEGO, 2023), quanto a nível regional como o estado do Paraná (CIELO et al., 2011; TONHATI e MACEDO, 2020), Minas Gerais (DOMINGUES et al., 2012) dentre outros. E no estado do Tocantins, com base no período analisado, entre 2000 e 2021 os resultados mostram um movimento de perpetuação da concentração das mulheres tanto a nível setorial (serviço e comércio) quanto no estrato de renda inferior a 3 salários mínimos.

5 CONCLUSÕES

A história de exclusão e luta das mulheres no mercado de trabalho reflete-se ainda hoje no estado do Tocantins, onde as disparidades de gênero persistem. Embora tenham ocorrido avanços, as mulheres continuam a enfrentar barreiras significativas para alcançar condições igualitárias no emprego. O enfrentamento dessas desigualdades requer um esforço contínuo tanto no nível das políticas públicas quanto na transformação das normas sociais.

A trajetória das mulheres no mercado de trabalho é marcada por séculos de exclusão, discriminação e luta por direitos. Historicamente, as dificuldades das mulheres para ingressar e prosperar no mercado de trabalho estão enraizadas em fatores sociais, culturais, legais e econômicos.

No Tocantins, como em outras regiões do Brasil, as mulheres enfrentam desafios relacionados à entrada no mercado de trabalho. A falta de oportunidades de emprego formal, especialmente em áreas rurais, limita as opções para muitas mulheres, que acabam recorrendo ao trabalho informal ou ao trabalho doméstico, muitas vezes mal remunerado e sem proteção social. Isso leva a elevada concentração das mulheres nos setores de serviços e comércio, em que há um amplo acesso às mulheres, mas com condições precárias de trabalho, postos de trabalhos vulneráveis e baixa remuneração média.

No tocante a disparidade de remuneração, os dados mostram que as mulheres se concentram no estrato inferior de renda, independente do setor. Essa disparidade salarial é especialmente pronunciada em setores como a agricultura e serviços, setores estes, no quais em média 95% das mulheres alocadas ganham até 3 salários mínimos.



O mercado de trabalho do Tocantins enfrenta o desafio de criar oportunidades de emprego que sejam inclusivas e sustentáveis, especialmente considerando as disparidades de gênero. Há uma necessidade de políticas públicas que promovam a igualdade de gênero, como programas de capacitação específicos para mulheres, incentivos à formalização do emprego no setor agropecuário, maior apoio às mulheres empreendedoras, melhoria da qualificação e formação profissional e apoio nas atividades de cuidado familiar da mulher como auxílio com creches e atendimento de saúde especializado para mães trabalhadoras.

Além disso, o desenvolvimento de setores pouco expressivos no estado como o setor industrial pode oferecer novas oportunidades de emprego qualificado, e o acesso à tecnologia e meios de produção que elevam a produtividade do trabalho das mulheres podem contribuir na mitigação das disparidades de rendimento entre os gêneros no estado. A diversificação da economia do estado, junto com a promoção da igualdade de gênero, pode contribuir para um mercado de trabalho mais justo e dinâmico no Tocantins.



REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. La precarización salarial y el capitalismo en Brasil. Un balance de la década del neodesarrollismo. Ecuador Debate, v. 94, p. 99-113, 2015.

ASLAN SOUEN, Jacqueline. A política de valorização do salário mínimo e seus determinantes no contexto da retomada econômica, 2003-2010. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 18, Águas de Lindóia, SP – Brasil, 19 nov. 2012.

ASSIS, Rosiane Hernandez de. A inserção da mulher no mercado de trabalho. In: Convibra–Congresso Virtual Brasileiro de Administração. 2009.

AMARAL, Grazielle Alves. Os desafios da inserção da mulher no mercado de trabalho. Itinerarius Reflectionis, v. 8, n. 2, 2012.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, M. e HIRATA, H. (Orgs.). As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Senac, 2003.

BRUSCHINI, Maria Cristina A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 537-572, 2007.

CARVALHO, Polliany Aparecida de; VIEGO, Valentina. Evolução do emprego feminino no mercado de trabalho brasileiro: uma análise shift-share entre 2003 e 2018. Economia e Sociedade, v. 32, p. 207-224, 2023.

CIELO, Ivanete Daga; DE LIMA, Jandir Ferreira; ALVES, Lucir Reinaldo. Mapeamento do emprego formal feminino no estado do Paraná. Publicatio UEPG: Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes-ATIVIDADES ENCERRADAS, v. 19, n. 1, p. 59-70, 2011.

COTRIM, Luisa Rabioglio; TEIXEIRA, Marilane; PRONI, Marcelo Weishaupt. Desigualdade de gênero no mercado de trabalho formal no Brasil. Instituto de Economia, Unicamp, 2020.

CRUZ, A. F.; BASSO, F. M. B.; PAZ, D. – Determinantes da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evidências utilizando modelo probit. – Curitiba 2013.

DA SILVA, Alex Pizzio; DA SILVA CERQUEIRA, Eder. Nuances e interfaces da informalidade na cidade de Palmas, capital do Estado do Tocantins. Cadernos Naui, v. 2, n. 2, 2013.

DE GÊNERO, Observatório Brasil da Igualdade. A crise econômica internacional e os (possíveis) impactos sobre a vida das mulheres. 2009.

DE PAULA LEITE, Marcia. Gênero e trabalho no Brasil: os desafios da desigualdade. Revista Ciências do Trabalho, n. 8, p. 55-78, 2017. DIEESE. O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro. Estudos e Pesquisas, n. 74, out. 2014

DOMINGUES, Jussara Pereira da Silva et al. A inserção da mulher no mercado de trabalho no estado de Minas Gerais na década de 90. 2002.

GARCIA, L. dos S.; CONFORTO, Ecléia. A inserção feminina no mercado de trabalho urbano brasileiro e renda familiar. Saúde em Debate, v. 36, n. 95, p. 523-532, 2012.



HIRATA, Helena. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, São Paulo, ALAST, Ano 4, n. 7, 1998.

ILO. *Global employment trends for women*. Geneva, 2012.

ILO. *Women at work*. Geneva, 2016.

LAVINAS, Lena. Emprego feminino: o que há de novo e o que se repete. *Dados*, v. 40, n. 1, p. 41-67, 1997.

LAVINAS, Lena; BARSTED, Leila Linhares. Mudanças na sociedade salarial, regulamentação e emprego feminino. *Anais...* p. 547-557, 2016.

MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Debora (2018). *Mulheres e Poder*. São Paulo: FGV Editora.

MATTEI, Taíse Fátima; DA CUNHA, Marina Silva. A crise econômica brasileira e seus efeitos sobre o emprego formal: uma decomposição shift-share estocástica. *Orbis Latina*, v. 10, n. 1, p. 116-138, 2020.

OLIVERA, Margarita; VIEIRA, Clarice; BAETA, Fernanda. Mulheres no mercado de trabalho brasileiro: uma análise das segregações e discriminações a partir da economia feminista. *TD Instituto de Economia*, v. 21, 2021.

RODRIGUES, Sônia dos Santos de Souza. *Inserção da mulher no mercado de trabalho—no setor de serviços*. 2023.

RIOS-NETO, Eduardo, WAJNMAN, Simone. Participação feminina na população economicamente ativa no Brasil: alternativas para projeções de níveis e padrões. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 24, n. 2, ago. 1994.

SCORZAFAVE, Luiz Guilherme; MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. *Revista Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 31, p. 441-478, 2001.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; SAMPARO, Ana Julia Fernandes. Os direitos da mulher no mercado de trabalho: da discriminação de gênero à luta pela igualdade. *Revista Direito em Debate*, v. 26, n. 48, p. 287-325, 2017.

TONHATI, Tania Mara Passarelli; MACÊDO, Marília de. *Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019)*. 2020.

VIECELI, Cristina Pereira. *Economia e relações de gênero e raça: uma abordagem sobre o emprego doméstico no Brasil*. 188f. 2015. Dissertação (Mestrado em Economia)—Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

WAJNMAN, Simone. Tendências prospectivas de crescimento da população economicamente ativa no Brasil. *Cedeplar/UFMG*, fev. 1997. (Texto para Discussão, n. 111).

WAJNMAN, Simone; PERPÉTUO, Ignez Helena O. A redução do emprego formal e a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. *Nova Economia*, v. 7, n. 1, p. 123-147, 1997.